



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



130ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

Washington, D.C., EUA, 24-28 de junho de 2002

Tema 4.4 da Agenda Provisória

CE130/11 (Port.)

6 maio 2002

ORIGINAL: ESPANHOL

AVALIAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E PROGRAMÁTICAS PARA 1999-2002

1. Resumo Executivo

Desde 1986, a Organização vem adotando de maneira contínua documentos básicos de orientações de política para períodos quadrienais. Em 1998, a 25ª Conferência Sanitária Pan-americana adotou as Orientações Estratégicas e Programáticas (OEP) para o período 1999-2002 (resolução CSP25.R4), baseadas nas análises das condições e necessidades dos países da Região das Américas. Estas OEP foram não só a resposta da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) à nova política global de Saúde para Todos no Século XXI (SPT21) e o Programa Geral de Trabalho (PGT) da Organização Mundial da Saúde (OMS), mas também um compromisso com o resultado da meta mundial de Saúde para Todos (SPT). Além disso, instou os países a levá-las em conta ao definir seus planos ou políticas nacionais de saúde e pediu ao Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) que as aplicasse e avaliasse o impacto da cooperação técnica utilizando-as como quadro de referência.

A Repartição realizou um exercício de avaliação intermediária em 2001 e, com base nessa experiência, definiu um enfoque de avaliação final que apresentou ao Subcomitê de Planejamento e Programação em março de 2002, durante o qual os delegados fizeram recomendações para melhorar a avaliação final. Ao mesmo tempo, os resultados desta avaliação intermediária foram levados em conta durante a elaboração da proposta do Plano Estratégico para o período 2003-2007.

Em cumprimento do mandato da Conferência, apresenta-se ao Comitê Executivo um relatório sobre o progresso no resultado das Metas Regionais, a aplicação das Orientações Programáticas e até que ponto os países levaram em conta as OEP ao formular seus planos ou políticas nacionais de saúde no período 1999-2002.

As OEP identificaram 29 metas regionais que representam o compromisso conjunto dos países e da Repartição para avançar em matéria de saúde da população da Região.

Estas metas adotadas foram agrupadas em três conjuntos. Um primeiro grupo referente a resultados de saúde, um segundo grupo relacionado com ações intersectoriais dirigidas aos fatores determinantes da saúde e um terceiro grupo sobre políticas e sistemas de saúde.

Para guiar a programação da cooperação técnica da Repartição, foram estabelecidas cinco Orientações Estratégicas: Saúde no Desenvolvimento Humano, Promoção e Proteção da Saúde, Proteção e Desenvolvimento Ambiental, Desenvolvimento dos Sistemas e Serviços de Saúde, e Prevenção e Controle de Doenças. Além das Orientações Estratégicas, definiram-se Orientações Programáticas nas quais a Repartição assumiu a responsabilidade de efetuar esforços particulares de cooperação técnica.

O procedimento utilizado e os resultados principais do estudo de avaliação intermediária antes mencionado foram apresentados ao 36º Subcomitê de Planejamento e Programação, com o fim de levá-los em conta para analisar a proposta de metodologia para a avaliação final das OEP. Este estudo de avaliação intermediária das OEP mostrou que, na área técnica, 87% dos profissionais pesquisados conheciam as OEP, todos as utilizavam em seu trabalho, 85% as consideravam orientadoras da cooperação técnica, mas só a metade conhecia o processo que se levou a cabo para sua elaboração. Além disso, verificou-se que os projetos de cooperação técnica concordavam com as Orientações Programáticas das OEP em cerca de 90%.

Com os resultados desta avaliação intermediária e as sugestões dos delegados à 36ª reunião do Subcomitê de Planejamento e Programação se estabeleceu o enfoque para a avaliação final das OEP. Com o fim de avaliar o cumprimento das metas Regionais, para cada uma delas e para cada um dos países da Região, com exceção dos territórios, se revisaram os dados disponíveis no Sistema Regional de Dados Básicos em Saúde, produzidos pela Repartição, para comparar a situação em 1998 com relação à meta respectiva, contra a situação no ano mais recente disponível, cerca de 2002. Quando os Dados Básicos não dispunham dos dados requeridos ou a informação necessária não fazia parte deste banco de dados, procurou-se identificar uma fonte alternativa.

Das 29 Metas Regionais adotadas, é possível afirmar que 5 foram cumpridas cabalmente, 13 foram cumpridas parcialmente e em 2 o avanço foi mínimo ou nenhum. Além disso, para 9 metas, a informação não é suficiente, não está disponível, não está atualizada ou os valores entre países não são comparáveis por corresponder a períodos diferentes, e portanto não se pode avaliar seu cumprimento.

Diante da dificuldade metodológica para avaliar o impacto em geral, e em particular o impacto da cooperação técnica, para as Orientações Programáticas se desenvolveram objetivos de cooperação técnica e, com base neles, se descreveram a cooperação executada e os resultados obtidos com ela.

Com base na informação de 32 países, estimou-se a utilização que fizeram das OEP na definição de suas políticas e planos de saúde durante o período. Até abril de 2002, verificou-se que 5 países estavam no processo de elaboração de rascunhos de políticas e 27 já dispunham das políticas ou dos planos adotados. Destes 27 países, 22 adotaram seus planos ou políticas entre 1998 e 2002 e 5 países antes de 1998, ou seja, antes da aprovação das OEP.

A Repartição participou em 25 dos 32 processos que deram origem às políticas setoriais, aos rascunhos ou às propostas de modificação nos países da Região; em 3 países, antes de 1998 e em 22 países depois de aprovadas as OEP.

Dos 22 que adotaram políticas nacionais depois de 1998 e em que participou a Repartição, em 15 as OEP foram explicitamente levadas em conta durante a elaboração ou revisão das propostas de política. Não necessariamente as OEP foram refletidas em todos os textos das políticas, embora hajam sido consideradas durante as consultas, as análises ou a discussão de alternativas.

A avaliação das OEP não só responde aos requisitos da resolução CSP25.R4 da 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana, mas é uma oportunidade para retroalimentar o processo de planejamento da Repartição. Neste sentido, este exercício de avaliação foi um importante insumo para a elaboração do Plano Estratégico 2003-2007; além disso, deixou uma série de ensinamentos que serão de utilidade para o futuro da Organização, quanto à definição de planos e políticas que orientem a cooperação técnica.

Em relação com o processo de elaboração, é desejável que este contemple a maior participação interna e externa possível para que os pontos de vista corporativos e dos interessados no campo da saúde internacional se vejam refletidos, assim como as necessidades coletivas dos países. Além disso, o conteúdo sendo explícito, é desejável que se restrinja a um número manejável de metas e objetivos para a cooperação técnica e que estes objetivos, mesmo alcançáveis, deveriam constituir verdadeiros desafios para a Repartição. Também é importante que a seleção de metas e objetivos contemplem a

viabilidade de fazer seu acompanhamento e avaliá-los ao final do período. Neste sentido, é relevante reconhecer a importância do desenvolvimento dos sistemas de informação nos países, de forma que se disponha da informação necessária para avaliar as metas e objetivos dos planos e políticas.

Por último, uma difusão e promoção dos planos e políticas são fundamentais para gerar entusiasmo e compromisso em seu cumprimento, dentro e fora da Repartição.

2. Intervenção do Comitê Executivo

Espera-se que o Comitê Executivo analise e comente a avaliação das OEP 1999-2002, com o fim de melhorar a versão que se apresentará à 26^a Conferência Sanitária Pan-Americana.

Os detalhes da avaliação das metas regionais e das orientações programáticas se encontram no documento CE130/INF/1.